

Diretrizes do novo plano econômico

GAZETA MERCANTIL

29 MAI 1987

por Celso Pinto
de Brasília

O novo plano econômico — e algumas medidas de ajuste que devem acompanhá-lo — poderá ser decidido na quarta ou quinta-feira da próxima semana.

A equipe do Ministério da Fazenda preferia ter mais duas semanas para elaborá-lo, mas o presidente José Sarney gostaria de ter medidas concretas já na próxima semana e disse isso ao ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. A questão ainda está sendo discutida.

No elenco de medidas de ajuste a serem aprovadas, sabe-se que algumas deverão envolver o setor financeiro privado. Os bancos foram fortes beneficiários da explosão inflacionária dos últimos meses e a intenção é fazer com que paguem parte da conta do acerto econômico.

Apesar dos enormes lucros, os bancos estão enfrentando uma situação delicada pela deterioração de seus ativos. Tanto as empresas privadas quanto o setor público vivem uma situação de moratória tácita.

Segundo duas fontes qualificadas, a idéia é encontrar mecanismos que façam com que os bancos, de fato, assumam parte da perda decorrente dessa situação.

A duas fontes disseram que a alternativa, no caso do setor privado, poderia ser determinar um aumento da provisão para perdas que os bancos normalmente são obrigados a manter. O aumento das provisões teria de vir, obviamente, dos lucros acumulados. Parte do aumento das provisões iria, realmente, cobrir inadimplências, o que seria uma forma de transferência de renda do setor financeiro para o produtivo.

Esquemas que envolveriam uma perda parcial para os bancos também estariam sendo examinados no caso do setor público. Essa seria uma forma de dividir um pouco o ônus do gigantesco buraco acumulado pelos estados e municípios. O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, já teria conversado sobre essas idéias com parlamentares e com representantes do sistema financeiro privado.

Menos claro está o capítulo das medidas concretas para conter a explosão inflacionária. As fontes disseram a este jornal que a hipótese da mensalização dos ajustes de todos os preços e salários continua sendo examinada tanto na Fazenda quanto no Palácio do Planalto. Um congelamento, temporário ou não, teria, hoje, menos adeptos: a Fazenda é contra, alguns assessores diretos do presidente também e o próprio Sarney já se teria convencido dos riscos embutidos nessa alternativa.

No caso da indexação plena, ao contrário, encontram-se mais virtudes. A utilização da variação inflacionária, medida pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), como farol para o ajuste mensal de preços e salários poderia, dizem seus adeptos, ajudar a reprimir as expectativas. A origem da inflação hoje, claramente, não é só inercial. Mas o conflito distributivo que a aceleração inflacionária reaviva acaba empurrando para cima o patamar dos preços. Se todos tivessem a garantia de ajustes mensais e automáticos, as expectativas poderiam ceder.

E claro que se esse passo fosse bem-sucedido abriria caminho para, no futuro, adotar-se a desindexação brusca ou montar esquemas para uma desaceleração gradual. Como é o governo que fixa o valor das OTN, desde que a inflação entrasse num certo patamar de "equilíbrio", ainda que numa taxa muito elevada, seria possível, por exemplo, passar a fixar a variação das OTN a cada dois ou três meses, espalhando o impacto inflacionário.

Essas são idéias que vêm sendo discutidas e que envolvem, de todo modo, várias incógnitas e dificuldades, especialmente legais. No Ministério da Fazenda insiste-se, oficialmente, em que o ajuste não passará nem por congelamento nem por "otenziação" e sim por esquemas graduais, ainda que criativos.

(Continua na página 3)

FAZENDA

Diretrizes do novo plano...

por Celso Pinto
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

A outra fatia de medidas terá de contemplar a questão do déficit público, o maior e mais delicado gargalo para qualquer pretensão de estabilização econômica. Na Secretaria do Tesouro já se calcula, provisoriamente, o déficit operacional (excluídos os efeitos das correções monetária e cambial) em 6% do Produto Interno Bruto (PIB), neste ano. Outros técnicos argumentam que esse cálculo é muito otimista: deixa de considerar a execução dos vários projetos não orçados, especialmente na área de transporte (entre eles a Ferrovia Norte-Sul).

Em outros termos, teme-se que, se nada for feito, o déficit poderá subir além de 6% do PIB (o que já seria o dobro do déficit de 2,9% de 1986). Além do equacionamento do "rombo" de estados e mu-

nicipios, o esforço de contenção do déficit poderá passar por elevação de impostos e eventuais cortes de subsídios e incentivos fiscais.

No caso do subsídio ao trigo, o dilema é o mesmo de sempre: com ele, gastam-se mais CZ\$ 50 bilhões, ativa-se o déficit e, em decorrência, a inflação. Sem ele, cortam-se o gasto e o déficit, mas engole-se um impacto inflacionário bastante significativo. Como a taxa mensal da inflação já anda ao redor de 23,5%, com o fim do subsídio do trigo, poderia chegar-se aos temidos 30%.

Seja como for, não há muita esperança de cortar sensivelmente o déficit público. Pelo lado das estatais, por exemplo, existe consenso de que o investimento deve crescer pelo menos algo entre 6 e 8% em termos reais. Em nenhuma hipótese poderia ser atendida a sugestão feita pelo

chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) que esteve recentemente no Brasil, Thomas Reichmann, para que o País chegasse a um superávit operacional do setor público de 2% do PIB neste ano.

Quanto às metas macroeconômicas, são conhecidas: crescimento de 4,5% do PIB, superávit comercial de US\$ 8,5 bilhões a US\$ 9 bilhões, elevação das taxas de poupança e investimento. Metas trimestrais e mensais serão fixadas para os principais indicadores.

ROTEIRO — A Assembleia Constituinte já dispõe de um roteiro de trabalhos para o estudo das questões econômicas. O roteiro estabelece prazos (até o dia 10 de junho) para discussão de pareceres, apresentação de emendas e votação do documento final do relator.